

RECURSO ESPECIAL Nº 1.748.489 - SP (2018/0150450-9)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : JOSE NICOLAU QUINTAO
ADVOGADO : GUILHERME AUGUSTO CASSIANO CORNETTI E OUTRO(S) - SP175788

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. APLICABILIDADE DO CPC/1973. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. PORTE E REMESSA. RECOLHIMENTO PRÉVIO. ACÓRDÃO RECORRIDO AMPARADO EM LEI ESTADUAL. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. SENTENÇA ILÍQUIDA. REEXAME NECESSÁRIO OBRIGATÓRIO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJSP, assim ementado (fl. 145, e-STJ):

APELAÇÃO DA AUTARQUIA JULGADA DESERTA POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO PORTE DE REMESSA E RETORNO - OBRIGATORIEDADE POR IMPOSIÇÃO DA LEI ESTADUAL 11.608/03 - DESERÇÃO.

"O não recolhimento do porte de remessa e retorno previsto pela Lei 11.608/03 no ato da interposição da apelação obsta o seu processamento".

ACIDENTÁRIA — PROCEDÊNCIA — DIREITO PERSEGUIDO INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS — REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA — INTELIGÊNCIA DO §2º DO ARTIGO 475 DO CPC.

Apelação da Autarquia julgada deserta e recurso oficial não conhecido.

Embargos de declaração rejeitados.

No apelo especial, a parte recorrente alega, preliminarmente, violação do art. 535, II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte local não se manifestou sobre a isenção do pagamento de porte de remessa e retorno dos autos e, subsidiariamente, a respeito da possibilidade de pagamento ao final, com referência aos artigos 24, IV, 98, § 2º, e 145, inciso II, todos da CF/1988, 110 do CTN e 27 do CPC/1973.

Quanto ao juízo de reforma, traz ofensa aos seguintes artigos: i) art. 27 do CPC/1973, ao que sustenta, em síntese, que o dispositivo violado assegura à Fazenda Pública o pagamento das despesas de porte de remessa e retorno apenas ao final da demanda, se vencida; ii) art. 475 do CPC/1973, aplicável às autarquias públicas, nos termos do art. 10 da Lei n. 9.469/1997, ao argumento de que a hipótese comporta reexame necessário, na medida em que a exceção trazida pelo § 2º do aludido dispositivo somente pode ser aplicada quando a condenação for de valor certo.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 227-228, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Afasta-se a alegada violação do artigo 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Quanto à alegação de violação do art. 27 do CPC/1973, não merece conhecimento o recurso, isso porque, da leitura do acórdão recorrido, observa-se que a Corte de origem decidiu a questão com fundamento na Lei estadual 11.608/03, de forma que a revisão do julgado esbarraria no óbice contido na Súmula 280 do STF, segundo a qual: "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário", aplicada à espécie por analogia. Ilustrativamente, confira-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO INTERPOSTA PELO INSS. FALTA DE PAGAMENTO DO PORTE DE REMESSA E RETORNO. IMPOSIÇÃO DA LEI ESTADUAL 11.608/2003. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, ART. 535, II, DO CPC.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.
2. O Tribunal bandeirante consignou: "Com efeito, a Lei Estadual nº 11.608, de 29 de dezembro de 2003, que disciplina a taxa judiciária em nosso Estado Bandeirante, não deixa dúvida, ao assentar no seu artigo 6º, que as Autarquias Federais estão isentas do recolhimento de taxa judiciária. Todavia, essa mesma Lei, no inciso II do artigo 2º, posiciona expressamente que na taxa judiciária não se incluem "... As despesas com o porte de remessa e de retorno dos autos, no caso de recurso, cujo valor será estabelecido por ato do Conselho Superior da Magistratura".
3. A apreciação dos aspectos concernentes à Lei estadual 11.608/2003, no que concerne à cobrança do porte de remessa e retorno para interpor o Recurso de Apelação, demanda análise de Direito local, o que faz incidir, por analogia, o óbice constante da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, in verbis: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".
4. Recurso Especial conhecido parcialmente e, nessa parte, não provido. (REsp 1.607.048/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 06/09/2016)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. PORTE DE REMESSA E RETORNO. DESERÇÃO. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. SÚMULA 284/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO AMPARADO EM LEI ESTADUAL. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. AGRAVO REGIMENTAL DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO DESPROVIDO.

1. A interposição do Recurso Especial com fundamento na alínea c não dispensa a indicação do dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de

origem teria dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais.

2. Ainda que assim não fosse, a controvérsia relativa à isenção do pagamento do porte de remessa e retorno foi solucionada pelo Tribunal a quo com amparo na Lei Estadual 11.608/2003. Incidência da Súmula 280/STF.

3. Agravo Regimental da Fazenda do Estado de São Paulo desprovido. (AgRg no AREsp 192.979/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 11/09/2014)

No mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.715.189/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 02/02/2018, REsp 1.715.180/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 02/02/2018, REsp 1.712.370/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 19/12/2017.

Já quanto à remessa necessária, tem-se que o apelo da autarquia merece prosperar, isso porque esta Corte firmou entendimento no sentido da obrigatoriedade da apreciação da remessa necessária de sentenças ilíquidas proferidas contra a Fazenda Pública. O referido entendimento foi consolidado no julgamento do REsp 1.101.727/PR, de relatoria do Ministro Hamilton Carvalhido, submetido ao procedimento do artigo 543-C do CPC/1973. Confira-se a ementa do referido julgado:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO. SENTENÇA ILÍQUIDA. CABIMENTO.

1. É obrigatório o reexame da sentença ilíquida proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público (Código de Processo Civil, artigo 475, parágrafo 2º).

2. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao procedimento do artigo 543-C do Código de Processo Civil. (REsp 1.101.727/PR, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, DJe 3/12/2009)

No mesmo sentido, confirmam-se mais precedentes: EREsp 1.038.737/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 24/6/2011; REsp 1.271.992/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21/9/2011; AgRg no Ag 1.254.476/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 24/5/2010; REsp 1.172.903/PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3/5/2010).

No lastro da aludida compreensão foi editada a Súmula 490 do STJ: "*A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.*" Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC. INEXISTÊNCIA. SENTENÇA SUJEITA A REEXAME NECESSÁRIO. FALTA DE JULGAMENTO. INEFICÁCIA DO TÍTULO JUDICIAL. NULIDADE CONSTATADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 423/STF. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o Recurso Especial pela alegada violação do art. 1.022 do CPC. Isso porque, embora rejeitados os Embargos de Declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. 2. Afigura-se acertado o acórdão recorrido que, com fundamento na Súmula 423/STF, declarou nula a execução contra a Fazenda Pública, porquanto foi constatada a ausência de título executivo (sentença não submetida ao reexame necessário).

3. Consigne-se que a questão concernente ao reexame necessário consiste em matéria de ordem pública, cognoscível de ofício em qualquer tempo e

grau de jurisdição.

4. O STJ possui o entendimento de que somente ser dispensado o reexame necessário com base no § 2º do art. 475 do CPC/1973 somente em casos em que a sentença seja líquida e o valor nela quantificado não exceda a 60 (sessenta) salários mínimos, o que não ocorre no caso, porque a sentença é ilíquida. Aplicação da Súmula 490/STJ.

5. Recurso Especial não provido. (REsp 1.680.899/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 09/10/2017)

PROCESSO CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO. SENTENÇA ILÍQUIDA.

A sentença ilíquida proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e as respectivas autarquias e fundações de direito público está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; a exceção contemplada no § 2º do art. 475 do Código de Processo Civil supõe, primeiro, que a condenação ou o direito controvertido tenham valor certo e, segundo, que o respectivo montante não exceda de 60 (sessenta) salários mínimos. Recurso especial provido. (REsp 1.300.505/PA, Rel. Min. Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 01/09/2014).

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial** e, nessa extensão, dou-lhe parcial provimento para determinar que o Tribunal de origem, conhecendo da remessa necessária, prossiga no julgamento da questão como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator